

# Licenciamento ambiental fragilizado: escolhas que comprometem o futuro do Brasil



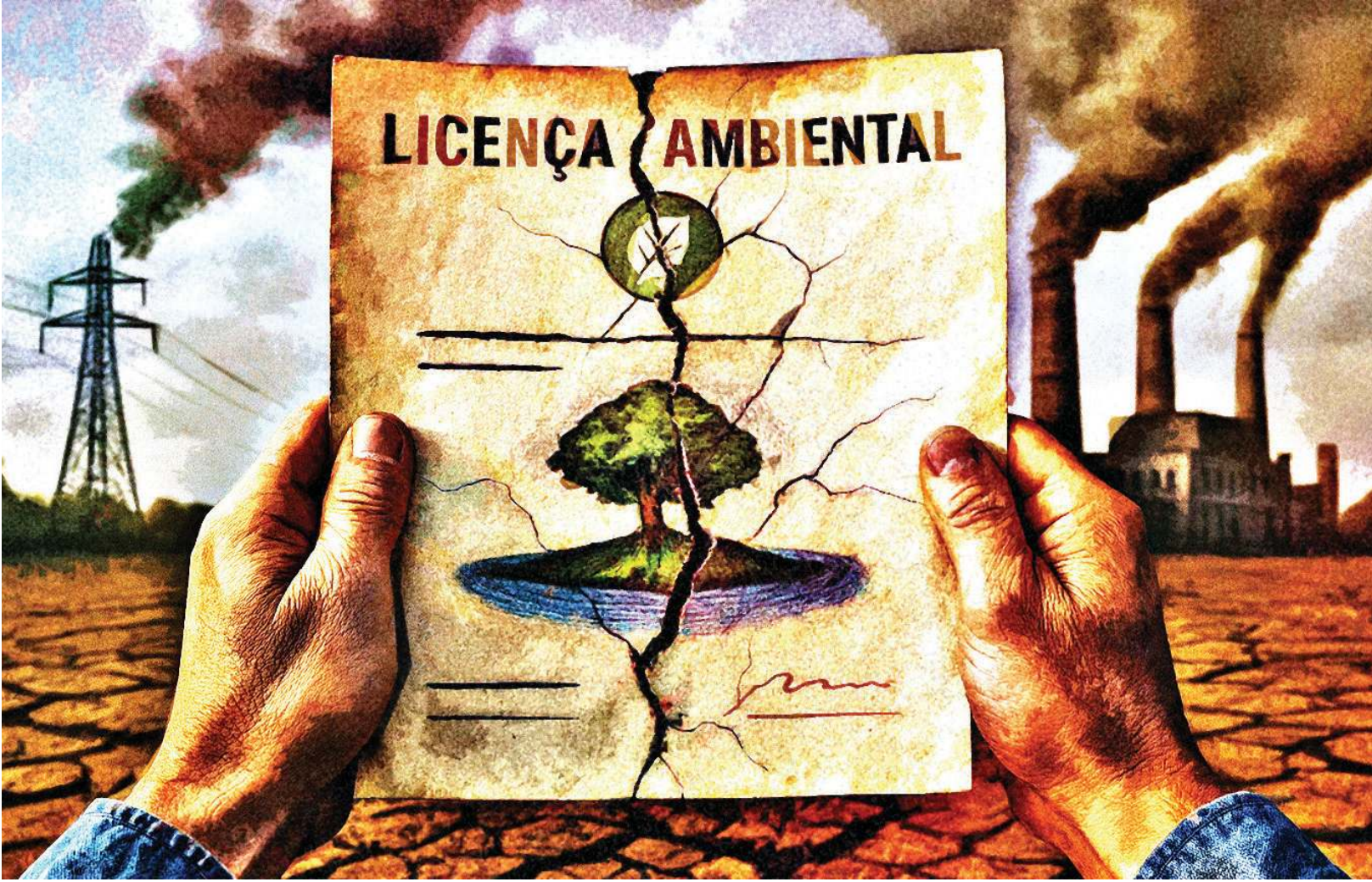
» CLARISSA PRESOTTI  
Especialista em Políticas Públicas  
do WWF-Brasil

Nas últimas semanas, o Brasil assistiu à derrubada da maior parte dos vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento. Somada à aprovação da Medida Provisória que cria a Licença Ambiental Especial (LAE), ela representa um enfraquecimento estrutural do sistema responsável por prevenir danos socioambientais, proteger populações vulneráveis e assegurar que empreendimentos econômicos sejam compatíveis com o interesse público. Trata-se de uma alteração que vai além de ajustes regulatórios. O que está em curso é a flexibilização de salvaguardas essenciais, com potenciais impactos sobre biomas estratégicos, regimes de chuva, disponibilidade de água, integridade de territórios e segurança climática. O licenciamento ambiental existe para permitir que atividades econômicas se desenvolvam com responsabilidade, transparência, participação social e base técnica sólida. Ele identifica riscos, define condicionantes, estabelece monitoramento e orienta soluções que podem evitar tragédias humanas e ambientais. Quando o licenciamento ambiental é fragilizado, o custo recai sobre a sociedade. É nesse contexto que a derrubada de vetos que

preservavam salvaguardas históricas da Lei da Mata Atlântica gera preocupação. Hoje, restam pouco mais de 12% da cobertura original do bioma, distribuída em fragmentos que sustentam parte significativa do abastecimento urbano, da produção agrícola e do equilíbrio climático do país. Flexibilizar as barreiras legais que protegem esses remanescentes significa expor mananciais, encostas, nascentes e rios a riscos iminentes de degradação, em um momento em que o Brasil já convive com eventos climáticos extremos recorrentes, como enchentes, estiagens severas e crises de abastecimento. A aprovação da LAE aprofunda esse cenário ao reduzir etapas de análise, limitar o espaço de participação pública e enfraquecer a capacidade do Estado de avaliar impactos sociais e ambientais em sua totalidade. Em territórios frágeis ou em obras de grande porte, um processo simplificado não é sinônimo de eficiência. Ao contrário: significa menor rigor técnico, menos transparência e maior probabilidade de decisões condicionadas por interesses imediatos. Em um país marcado por episódios de colapso ambiental, desastres tecnológicos, degradação de rios e disputas territoriais, abrir mão de instrumentos preventivos é um risco institucional que não pode ser normalizado. Os danos não são abstratos. Eles se manifestam na qualidade da água, na perda de biodiversidade, no agravamento de eventos extremos e na pressão crescente sobre ecossistemas que já operam no limite. Do ponto de vista jurídico e institucional, recolocar em vigor dispositivos questionados por inconstitucionalidade produz incerteza, disputa e judicialização. Decisões que fragilizam o licenciamento

desencorajam investimentos responsáveis e comprometem a credibilidade do país no cenário internacional, especialmente num momento em que o Brasil busca se reposicionar como liderança climática na sequência de compromissos assumidos na COP30. Não há coerência entre defender metas de redução de emissões, proteção de florestas e resiliência climática no plano global e, internamente, enfraquecer os instrumentos que tornam esses compromissos viáveis. É importante destacar que o licenciamento ambiental já dispõe de modalidades, prazos e procedimentos diferenciados para cada tipo de empreendimento. Ele pode — e deve — ser continuamente aperfeiçoado para tornar-se mais eficiente, célere e integrado. Mas o aperfeiçoamento não pode servir de justificativa para flexibilizações que reduzam a capacidade de prevenir danos, especialmente em áreas sensíveis. O Brasil tem ciência, instituições e sociedade civil atuantes para construir soluções equilibradas. A agenda ambiental do país é a base de um modelo de desenvolvimento sustentável, justo e competitivo. Isso exige governança forte, transparência, estabilidade regulatória e salvaguardas capazes de proteger vidas, ecossistemas e o nosso patrimônio natural. Baixar a guarda do licenciamento é caminhar na direção oposta. Nosso desafio não é escolher entre desenvolvimento ou proteção ambiental, mas garantir ambos. E isso começa por reconhecer que o licenciamento ambiental é uma garantia, não um obstáculo: de segurança, justiça climática e compromisso com um futuro verdadeiramente sustentável para o Brasil.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



# Desigualdades na representação política e no Poder Judiciário



» ODED GRAJEW  
Presidente emérito do Instituto  
Ethos, idealizador do Fórum  
Social Mundial, conselheiro do  
Instituto Cidades Sustentáveis e  
membro do Pacto Nacional pelo  
Combate às Desigualdades

O Brasil é um dos países com as maiores desigualdades do mundo, apesar de ter uma das 10 maiores economias. Essa vergonhosa situação está na origem de todas as nossas mazelas. Inúmeros estudos mostram que sociedades menos desiguais são sociedades menos violentas, com melhores indicadores econômicos, sociais e ambientais. As desigualdades minam a confiança das pessoas na democracia e nos sistemas políticos. Formam sociedades de castas que competem por status e poder, alimentam a violência social e os preconceitos, destroem a confiança entre as pessoas e da população em relação às instituições. O sucesso de qualquer coletivo humano depende da qualidade das relações entre as pessoas. As desigualdades e o sentimento de injustiça promovem a desarmonia entre as pessoas. Se queremos construir um país mais justo e próspero, precisamos agir sobre os processos que construíram e continuam alimentando as nossas desigualdades. O Observatório Brasileiro das Desigualdades, uma iniciativa da ABCD (Ação Brasileira de Combate às Desigualdades) com coordenação

técnica do Dieese, revela a abrangência (educação, saúde, renda riqueza e trabalho, meio ambiente, desigualdades regionais etc.) e o escandaloso tamanho das desigualdades brasileiras. As desigualdades brasileiras não são obra do acaso. Foram construídas ao longo do tempo pelos detentores do poder do nosso país ( Executivo, Legislativo e Judiciário), que elaboram e aprovam os orçamentos públicos, as leis, as normas jurídicas, as políticas econômicas, sociais e ambientais nos municípios, nos Estados e a nível federal. Decidem os critérios para a alocação dos recursos, as normas que determinam os grupos prioritários. Somos produto de nossas escolhas. Nos países menos desiguais, por exemplo, os ricos pagam proporcionalmente mais impostos do que os pobres. No Brasil, é o contrário. Os países menos desiguais do mundo e que encaram a igualdade como elemento fundamental para que o desenvolvimento tenha como objetivo promover a qualidades de vida para todos os cidadãos (os escandinavos, por exemplo) consideram de extrema importância ter uma representação política que seja um espelho da sociedade, para que as decisões políticas sejam mais justas e tenham como objetivo reduzir as desigualdades. Em todos os indicadores do Observatório Brasileiro das Desigualdades, aparecem com destaque as desigualdades de raça e gênero, entre negros e brancos e entre homens e mulheres. Para entender esse quadro, vejamos como é a representação política no Brasil: negros e negros representam 55,9% da população, mas ocupam 45,8% das cadeiras nos Legislativos municipais, 35,1% nos Legislativos estaduais, 26,3% na Câmara dos Deputados, 22,2% no

Senado Federal, 33,5% nos cargos executivos municipais e 13,7% nos tribunais de justiça. Apenas nove governadores de estado são negros. As mulheres representam 51,1% da população, mas ocupam 18,2% das cadeiras nos Legislativos municipais, 18% nos Legislativos estaduais, 17,7% na Câmara dos Deputados, 14,8% no Senado Federal, 18,2% nos cargos executivos municipais e 38,8% nos tribunais de justiça. Apenas duas mulheres ocupam a vaga de governadoras de estado. No Supremo Tribunal Federal, que deveria servir de exemplo para todos os tribunais brasileiros, temos apenas uma mulher e nenhuma pessoa negra. Se queremos combater as desigualdades precisamos mudar essa realidade. Está escrito na Constituição brasileira, no capítulo dos Princípios Fundamentais: “Constituem objetivos fundamentais do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Todas as decisões e ações dos governos e sociedade deveriam seguir a Constituição. Presidente, governadores e prefeitos têm o poder de indicar e nomear ocupantes de cargos executivos e de juízes dos tribunais. Essas indicações e nomeações deveriam seguir o que manda a nossa Constituição e, portanto, servir para a redução das desigualdades, aumentando a participação de mulheres e pessoas negras. Certamente, há no Brasil muitas mulheres e pessoas negras que preenchem todos os requisitos para ocupar essas vagas. A redução das desigualdades brasileiras está praticamente em todos os discursos dos políticos, mas só acontecerá quando promessas e discursos sejam acompanhados por decisões e ações concretas.

## Um novo risco para a saúde pública: o autoinformacionismo



» RENATO PORTO  
Presidente-executivo da  
Associação da Indústria  
Farmacêutica de Pesquisa  
(Interfarma)

Um fenômeno se soma à automedicação como uma ameaça silenciosa à saúde do brasileiro: esse problema pode ser chamado de autoinformacionismo. Brasileiros acreditam que conseguem buscar nas mais diversas fontes todas as informações de que precisam para tomar decisões sobre sua saúde. As consequências são semelhantes, os riscos igualmente elevados. Mas há um problema aqui. Esses são os mesmos brasileiros que dizem não acreditar nas fontes oficiais de informação sobre saúde, desconfiam das instituições tradicionais, não acreditam nas empresas, são reticentes com as descobertas da ciência e nem sempre seguem à risca a orientação de médicos e profissionais de saúde que os atendem. Aqui está o paralelo entre automedicação e autoinformação: pessoas que se informam sobre saúde sem consultar os jornais, médicos, cientistas, instituições oficiais. Um fenômeno que se torna ainda mais dramático quando se acrescenta um ingrediente presente na realidade também já posta no Brasil e em outros países do mundo: as pessoas vinculam a credibilidade das informações sobre ciência e saúde às suas ideologias políticas. É um coquetel venenoso: desinformação, ceticismo e autoconfiança cega. De acordo com a pesquisa feita pela Edelman (2025 Edelman Trust Barometer) em 16 países, incluindo o Brasil, nenhuma instituição é vista como plenamente confiável para cuidar da saúde das pessoas. No Brasil, apenas 54% confiam em empresas, 48% em ONGs, 39% na mídia e 38% no governo. As quatro caíram desde 2023 — um retrato claro da erosão da confiança. O vácuo de credibilidade se preenche com a crença de que “eu mesmo sei onde encontrar informação confiável”. A maioria dos brasileiros — e a média global também — acredita ser capaz de distinguir o que é bom ou mau conselho de saúde. Confiam mais em si do que nas instituições. A autoinformação cresce, portanto, em um terreno fértil de desconfiança. E o dado mais revelador da pesquisa é que a influência de pares, amigos e familiares já rivaliza com a dos especialistas e médicos. No Brasil, 74% dos jovens dizem que amigos e familiares influenciam suas decisões de saúde — quase o mesmo índice dos que dizem confiar em médicos (82%) ou cientistas (72%). Nos últimos 12 meses, quase 40% dos brasileiros admitiram ter ignorado orientações médicas para seguir conselhos de amigos ou informações vistas nas redes sociais. O comportamento é mais comum entre jovens e aumentou em relação ao ano anterior. Mais da metade dos que vão regularmente ao médico — 55% — considera que o profissional “não está qualificado para cuidar de todas as dimensões da saúde”, e, por isso, recorrem a fontes não institucionais: amigos, buscas on-line e redes sociais. É o retrato de um paciente que não rompe com o sistema, mas o contorna — que ouve o médico, mas confere no Google. Entre os jovens, o fenômeno assume contornos de epidemia. Quatro em cada 10 (43%) afirmam seguir conselhos de pessoas sem formação médica formal. E 66% já se arrependeram de alguma decisão sobre saúde tomada com base em informação errada, principalmente obtida em plataformas de conteúdo de usuários (31%), amigos e familiares (23%) e publicidade de produtos (20%). O arrependimento é o novo sintoma de uma doença cultural. Primeiro se desconfia das fontes tradicionais, depois se acredita saber mais do que elas, até o momento em que o erro custa caro. A automedicação é um risco para o corpo; a autoinformação, para a consciência e para a saúde pública. Mas há um detalhe que ajuda a compreender por que os leigos ganham espaço. Quando perguntados sobre o que encontram em fontes não institucionais e não recebem do sistema formal, os brasileiros responderam: empatia, tempo, explicações compreensíveis, ausência de julgamentos e conveniência. O leigo não apenas informa — ele acolhe. Informações e estudos desenvolvidos pela Interfarma buscam ocupar esse lugar e qualificar as decisões de saúde. Só este ano levamos à sociedade informações sobre falsificação de medicamentos, propriedade intelectual, uso adequado e racional de agonistas de GLP1, processo incorporação de novas medicamentos, atraso no acesso à medicamentos, entre outros. A autoinformação, portanto, não é um ato de rebeldia. É uma tentativa de preencher o silêncio. Quando o médico fala pouco, o influenciador fala muito. Quando a instituição se fecha, o algoritmo se oferece. O brasileiro ainda acredita no médico, mas se sente mais ouvido pelo amigo. A ciência ainda é respeitada, mas é o criador de conteúdo quem traz. A informação correta ainda existe, mas chega tarde — e chega fria. O autoinformacionismo na saúde mata, assim como o negacionismo ou a automedicação. Políticos, governos e instituições precisam enfrentar mais esse problema. Se não retomarem a autoridade moral e técnica da palavra pública, a desinformação ocupará definitivamente o lugar da ciência. E o custo será medido em vidas.